



História em revista

revista do núcleo de documentação histórica



* Obra editada e publicada em novembro de 2017



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof. Dr. Mauro Augusto
Burkert Del Pino
Vice-Reitora: Profa. Dra. Denise
Petrucci Gigante

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Profa. Dra. Denise
Marcos Bussolleti

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Dr. Alvaro Luiz Moreira
Hypolito

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof. Dr.
Luciano Volcan Agostini

Pró-Reitor Administrativo: Antônio Carlos de Freitas Cleff

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Luiz
Osório Rocha dos Santos

Pró-Reitor de Recursos Humanos: Sérgio Eloi Teixeira
Wotter

Pró-Reitor de Infra-Estrutura: Evaldo Tavares Kruger

Pró-Reitora de Assistência Estudantil: Ediane Sievers
Acunha

Diretor da Editora e Gráfica Universitária: Prof. Dr. Aulus
Mandagará Martins

CONSELHO EDITORIAL

Profa. Dra. Carla Rodrigues | Prof. Dr. Carlos Eduardo
Wayne Nogueira | Profa. Dra. Cristina Maria Rosa | Prof.
Dr. José Estevan Gaya | Profa. Dra. Flavia Fontana
Fernandes | Prof. Dr. Luiz Alberto Brettas | Profa. Dra.
Francisca Ferreira Michelin | Prof. Dr. Vítor Hugo Borba
Manzke | Profa. Dra. Luciane Prado Kantorski | Prof. Dr.
Volmar Geraldo da Silva Nunes | Profa. Dra. Vera Lucia
Bobrowsky | Prof. Dr. William Silva Barros

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira

Vice-Diretor: Prof. Dr. Sebastião Peres

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA

Coordenadora:

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Membros do NDH:

Profa. Dra. Beatriz Ana Lonner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Técnicos Administrativos:

Veronica Medeiros dos Santos

HISTÓRIA EM REVISTA – Publicação do Núcleo de
Documentação Histórica

Comissão Editorial:

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Profa. Dra. Beatriz Ana Lonner

Profa. Dra. Lorena Almeida Gill

Prof. Dr. Paulo Ricardo Pezat

Conselho Editorial:

Profa. Dra. Helga I. Landgraf Piccolo (UFRGS)

Prof. Dr. René Gertz (UFRGS) (PUCRS)

Prof. Ms. Mario Osorio Magalhães (UFPEL)

Prof. Dr. Temístocles A. C. Cezar (UFRGS)

Profa. Dra. Beatriz Teixeira Weber (UFSM)

Profa. Dra. Maria Cecília V. e Cruz (UFBA)

Prof. Dr. Marcelo Badaró Mattos (UFF)

Profa. Dra. Joan Bak (Univ. Richmond – USA)

Prof. PhD Pablo Alejandro Pozzi (Universidad de Buenos
Aires).

Prof. Tommaso Detti (Università Degli Studi di Siena)

Editor: Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes

Edição e Capa: Paulo Luiz Crizel Koschier

Editora e Gráfica Universitária

R Lobo da Costa, 447 – Pelotas, RS – CEP 96010-150 |

Fone/fax: (53)3227 8411

e-mail: editora@ufpel.edu.br

Impresso no Brasil

Edição: 2014*

ISSN – 1516-2095

Dados de catalogação na fonte:

Aydê Andrade de Oliveira - CRB - 10/864

História em revista / publicação do Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de
Ciências Humanas. Universidade Federal de
Pelotas, v.20, (dez. 2014). – Pelotas: Editora
da UFPel, 2014f.
1v.

Annual

ISSN 1516-2095

1. História - Periódicos. I. Núcleo de
Documentação Histórica. Instituto de Ciências
Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 930.005

Indexada pela base de dados Worldcat
Online Computer Library Center

**PEDE-SE PERMUTA
WE ASK FOR EXCHANGE**

UFPel/NDH/Instituto de Ciências Humanas

Rua Cel. Alberto Rosa, 154

Pelotas/RS - CEP: 96010-770

Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284 3208

<http://wp.ufpel.edu.br/ndh/>

e-mail: ndh.ufpel@gmail.com

*** Obra editada e publicada em novembro de 2017**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
ENTRE VIRGENS VIDENTES E LÍDERES CABOCLAS: BREVE ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NA GUERRA SERTANEJA DO CONTESTADO	
<i>BETWEEN VIRGINS SEERS AND LEADERS CABOCLAS: BRIEF STUDY ON THE PARTICIPATION OF WOMEN IN THE CONTESTED SERTANEJA WAR</i>	
Rita Inês Petrykowski Peixe Analice Dutra Pillar	07
A BATALHA DO IRANI: CONSTRUÇÕES DE LEMBRANÇAS	
<i>THE BATTLE OF IRANI: BUILDING MEMORIES</i>	
Celso Vianna Bezerra de Menezes	25
O TEMPO MESSIÂNICO: UMA ANÁLISE HISTÓRIA E CULTURAL DO MESSIANISMO CAMPESSINO NO CONTESTADO (1912-1916)	
<i>THE MESSIANIC TIME: AN HISTORICAL AND CULTURAL ANALYSIS OF THE PEASANT MESSIANISM IN CONTESTADO WAR</i>	
Rui Bragado Sousa	37
ETNICIDADE E VIOLÊNCIA: UM ESTUDO DOS CASOS DE MAUS TRATOS E MORTES DE IMIGRANTES ESTRANGEIROS NA REGIÃO DO CONTESTADO (1908 – 1916)	
<i>ETHNICITY AND VIOLENCE: A STUDY OF CASES OF MISTREATMENT AND DEATHS OF FOREIGN IMMIGRANTS IN THE REGION OF THE CONTESTED (1908 - 1916)</i>	
Viviani Poyer	68
O MOVIMENTO DO CONTESTADO ATRAVÉS DE FONTES JORNALÍSTICAS: O CASO DO JORNAL “A FEDERAÇÃO” (PORTO ALEGRE, 1912-1916)	
<i>THE CONTESTADO MOVEMENT THROUGH JOURNALISTIC SOURCES: THE NEWSPAPER CASE “THE FEDERATION” (PORTO ALEGRE, 1912 – 1916)</i>	
Márcia Janete Espig	82

**A QUESTÃO DE LIMITES E OS USOS E "PERMANÊNCIAS" DOS MAPAS DO
CONTESTADO NA CARTOGRAFIA PARANAENSE**

*A QUESTION OF LIMITS AND USES AND "CONTINUITIES" OF THE CONTESTADO'S
MAPS IN THE CARTOGRAPHY OF THE PARANÁ*

Luiz Carlos da Silva
Roseli Boschilia 95

**TERRA E RESISTÊNCIA: AS DISPUTAS FUNDIÁRIAS NOS VALES DOS RIOS
NEGRO E IGUAÇU E SUA INFLUÊNCIA NA ADESÃO AO MOVIMENTO
SERTANEJO DO CONTESTADO, (1889-1917)**

*LAND AND RESISTANCE: THE LAND DISPUTES IN THE VALLEYS OF RIVERS
NEGRO AND IGUAÇU AND ITS INFLUENCE IN THE ADHESION TO THE BACKLAND
MOVEMENT OF CONTESTADO (1889-1917)*

Alexandre Assis Tomporoski
Soeli Regina Lima 108

**OS SISTEMA DE TRABALHO ATRAVÉS DOS PROCESSOS DE LEGITIMAÇÃO DE
TERRAS, LAGES-SC (FINAL DO SÉCULO XIX - INÍCIO DO SÉCULO XX)**

*SYSTEMS WORK THROUGH THE PROCESS OF LAND LEGITIMATION, LAGES - SC
(END OF THE CENTURI XIX - EARLY XX)*

Janaina Neves Maciel 119

SENSIBILIZANDO O OLHAR: O CONFLITO DO CONTESTADO NA SALA DE AULA

SENSITIZING THE LOOK: THE CONFLICT OF CONTESTADO IN THE CLASSROOM

Mariana Carmona Braga
Raisa Sagredo 133

**SINGULAR, EXEMPLAR E UNIVERSAL. CRIMES E CASTIGOS NA CAMPANHA DO
CONTESTADO**

*UNIQUE, EXEMPLARY AND UNIVERSAL. CRIME AND PUNISHMENT IN
CONTESTADO WAR*

Rogério Rosa Rodrigues 144

TERRA E RESISTÊNCIA: AS DISPUTAS FUNDIÁRIAS NOS VALES DOS RIOS NEGRO E IGUAÇU E SUA INFLUÊNCIA NA ADESÃO AO MOVIMENTO SERTANEJO DO CONTESTADO, (1889-1917).

LAND AND RESISTANCE: THE LAND DISPUTES IN THE VALLEYS OF RIVERS NEGRO AND IGUAÇU AND ITS INFLUENCE IN THE ADHESION TO THE BACKLAND MOVEMENT OF CONTESTADO (1889-1917).

Alexandre Assis Tomporoski¹
Soeli Regina Lima²

Resumo: A presente comunicação pretende compartilhar os resultados preliminares do projeto de pesquisa desenvolvido pelos pesquisadores do NUPHIS – Núcleo de Pesquisa em História, da UnC (Universidade do Contestado). O projeto pretende compreender o processo de luta pela terra na região dos vales dos rios Negro e Iguaçu, entre os anos de 1889 e 1917, e avaliar a influência das disputas fundiárias enquanto elemento decisivo para a adesão da população daquela região às fileiras do movimento sertanejo do Contestado. O texto apresenta questões relacionadas ao corpus documental e estratégias de pesquisa.

Palavras-chave: disputas fundiárias; movimento sertanejo do Contestado; rios Negro e Iguaçu.

As causas da guerra sertaneja

Foram diversas as motivações que levaram os sertanejos a se rebelarem contra os agentes responsáveis pelas injustiças que os afligiam, impelindo-os a incorporar as trincheiras do movimento sertanejo do Contestado. Além disso, houve uma regionalização das causas, ou seja, dependendo da região do planalto onde viviam, diferentes foram as motivações que compeliram os sertanejos a lutarem na guerra.

¹Doutor em História pela UFSC. Coordenador do NUPHIS (Núcleo de Pesquisa em História). Docente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade do Contestado, campus Canoinhas. alexandre@unc.br.

²Mestre em Geografia (UFPR); Especialista em História (FAFIUV). Docente e Coordenadora de Ensino e Pesquisa da UnC – Universidade do Contestado, campus Porto União, SC. soelihistoria@gmail.com

Para os habitantes de Taquaruçu e Perdizes, locais de origem do movimento, a rebelião foi o caminho trilhado após a violência que os coronéis e o governo, em sua totalidade, haviam praticado contra o monge José Maria. Para os sitiantes e posseiros dos vales do Timbó, Tamanduá e Paciência, era um meio para combater a presença cada vez mais agressiva dos coronéis Fabrício Vieira e Arthur de Paula, que desejavam estender suas propriedades e sua influência política sobre aquelas regiões. Para as oposições políticas formais aos chefes municipais de Curitiba e Canoinhas, significava uma oportunidade ímpar de minar o poder do coronel Albuquerque e do major Vieira. Para os antigos maragatos de todo o planalto, a “guerra santa” significava a volta à ativa e uma chance de desforra contra os pica-paus. (MACHADO, 2004, p. 257.).

Muitos ex-combatentes da Guerra Federalista permaneceram exilados no planalto e mantiveram antigas disputas com o estado republicano.³

É possível considerar ainda que o desemprego dos trabalhadores, envolvidos com a construção da estrada de ferro, na região do vale do rio do Peixe, aumentou a tensão social em toda aquela região, contribuindo para a adesão de parte desse grupo ao movimento rebelde.

Outro elemento que compõe esse cenário multifacetado, principalmente na região norte do planalto, próximo à divisa (indefinida) com o estado do Paraná, correspondia à luta de parte dos integrantes do movimento na tentativa de exigir o cumprimento da sentença de limites, resultado final da disputa territorial entre Paraná e Santa Catarina.

Por fim, a luta contra o capital estrangeiro, em toda a região do planalto, consistiu em elemento basilar para a deflagração do movimento do Contestado. O rastreamento dos alvos dos ataques dos sertanejos rebeldes demonstra a atuação incisiva dos integrantes do movimento contra as empresas estrangeiras, tanto a Southern Brazil Lumber and Colonization Company – a serraria de Calmon foi completamente destruída e a de Três Barras foi defendida pela força pública do Paraná – quanto a ferrovia, que teve muitas estações ferroviárias

³Em março de 1897 o jornal *A República*, de Curitiba, publicou reportagem intitulada: “Bandidos de Canoinhas”, a qual destacava que o núcleo instalado à margem do rio Canoinhas, na então comarca de Rio Negro, oficialmente sob a direção de Francisco de Paula Pereira, estaria, na verdade, sob controle de “uma horda composta de bandidos deixados pelas colunas revoltosas (...) maragatos”. *A República*, ano XII, n.º 54. Curitiba, 11 de março de 1897.

incendiadas e a circulação de trens interrompida.

Esse conjunto abrangente de causas, que motivou a deflagração do conflito no Contestado, demonstra a complexidade do movimento rebelde.

O Contestado: lacunas

A ampliação da produção de conhecimento acerca do Contestado é notória, especialmente nas últimas décadas. Isto decorreu, em grande medida, motivado pela expansão dos programas de pós-graduação, aliado à sofisticação das ferramentas teórico-metodológicas, o que promoveu a diversificação dos temas de pesquisa e o aprofundamento dos estudos. No entanto, importantes questões permanecem carentes de uma análise sistemática.⁴

Uma das questões refere-se ao papel das mulheres no Contestado. Tanto sua participação no movimento sertanejo quanto suas trajetórias fora dele exigem esforços de pesquisa que permitam superar a imagem caricata da heroína mítica Chica Pelega. Estudos de gênero sobre regiões pecuaristas e tropeiristas podem, por exemplo, utilizar fontes judiciais para acompanhar os caminhos públicos trilhados pelas mulheres, as quais aparecem publicamente, por exemplo, ao surgirem como testemunhas de processos.

Outra questão de fundamental importância e ainda carente de uma abordagem consistente refere-se aos indígenas no Contestado. Há necessidade de se avaliar o impacto das políticas indigenistas sobre a região, bem como as características e configuração das políticas indígenas. Pouco mais de uma década antes do início do movimento sertanejo, a imprensa paranaense noticiava conflitos entre indígenas e colonos na região do Timbozinho, interior do município de Canoinhas e próximo do local onde anos mais tarde seria construído o reduto de Pedras Brancas.⁵ É plausível supor que um número significativo de indígenas estivesse na região durante os eventos ligados ao movimento sertanejo. É preciso situá-los nesse contexto.

Outro vetor de pesquisa, o qual se destaca tanto pela importância da

⁴Os pontos a seguir foram destacados pelo Professor Paulo Pinheiro Machado em palestra na UnC Canoinhas, por ocasião da I Jornada de Estudos do NUPHIS (Núcleo de Pesquisa em História), em novembro de 2013.

⁵O 'ataque' dos indígenas ocorreu em dezembro de 1898 e resultou na morte de dezesseis colonos. Segundo o jornal, essa foi a segunda ocasião em que conflitos com os indígenas ocorreram naquela localidade. A República, ano XIII, n.º 270. Curitiba, 08 de dezembro de 1898.

temática quanto pela ausência de trabalhos desenvolvidos, consiste no estudo da região entre os rios Timbó e Paciência, conhecida como ‘o contestado do Contestado’, na qual não havia qualquer definição quanto ao controle da jurisdição pelos estados que litigavam em torno da questão de limites.

A disputa entre Paraná e Santa Catarina marcou profundamente a região em tela e influenciou o surgimento de vilas e municípios em todo o Contestado. Pouco se conhece sobre a origem de muitos deles, tal qual o de Canoinhas. Urge um estudo sistemático acerca de sua criação, bem como da influência da questão de limites e, posteriormente, da guerra do Contestado sobre sua trajetória.

O coronelismo é outro tema que carece de um esforço interpretativo mais consistente, com base em levantamento empírico, que permita o estudo desse fenômeno – com suas especificidades – e sua influência sobre a região do Contestado. Um ponto de partida profícuo seria acompanhar a expansão dos coronéis paranaenses sobre o planalto norte de Santa Catarina – tema que se coaduna com o estudo da região do vale do rio Timbó –. Há problemas de interpretação do coronelismo e de suas práticas, o qual consistiu em uma forma de dominação de classe por meio da manutenção de duas clientelas por parte do coronel: uma clientela política, marcadamente urbana e letrada, e uma clientela social, de origem rural e formada pelos agregados e peões do coronel, que representavam o poder real ao se colocarem a seu serviço (armado). Nesse contexto, são figuras que merecem especial atenção os coronéis Arthur de Paula e Souza, Fabrício Vieira, Nicolau Bley e Benvindo Pacheco.

Ainda é possível elencar a necessidade de estudos que mensurem o acirramento das disputas fundiárias ocorridas no planalto norte catarinense – que vinham ocorrendo desde o século XIX – enquanto elemento motivador para a adesão dos moradores da região às trincheiras do movimento sertanejo do Contestado. Ademais, é preciso analisar a influência da presença do capital estrangeiro na região – Ferrovia e LumberCompany – para o recrudescimento da luta pela terra e, especificamente, se as companhias de fato deflagraram um processo de expulsão de posseiros da região norte do Contestado, motivando a população da região a aderir ao movimento sertanejo.

Conclusão: a questão da terra perpassa ambos os tópicos anteriores.

As disputas fundiárias foram muito importantes para o surgimento do movimento sertanejo, motivando o embate entre posseiros e coronéis no norte da região contestada, a disputa de limites entre Paraná e Santa Catarina – o que agravou a tensão em toda a área sob litígio – e o conflito de pequenos e médios proprietários da região do planalto norte contra o capital estrangeiro,

especialmente a LumberCompany.

A terra no tempo de agora

Walter Benjamin, ao refletir sobre o conceito de história, afirmou que “o dom de despertar no passado as centelhas de esperança é privilégio exclusivo do historiador, convencido de que também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer. E esse inimigo não cessa de vencer” (BENJAMIN, 1987, p. 222). O passado é privilégio exclusivo do historiador, contudo, além de abraçar esperanças do passado, o trabalho do historiador revela muito sobre o tempo presente. O tempo de agora surge tanto a partir dos resultados obtidos pelo trabalho de pesquisa, quanto da análise do processo de construção dos objetos de pesquisa.

O inimigo indicado por Benjamin, em 1940, em plena Segunda Guerra Mundial, não eram os nazistas, mas as classes dominantes e a historiografia europeia que se apropriavam do campo da história e a transformavam em uma ciência preocupada exclusivamente com os grandes feitos das elites. Para Benjamin, urgia a fundação de um novo conceito de história, o qual correspondesse às exigências do tempo presente, do ‘tempo de agora’. Sendo assim, adotemos a orientação de Benjamin e ponderemos sobre o tempo de agora.

Em meados da segunda década do século XXI, em plena região do Contestado, o inimigo apontado por Benjamin assume outras formas, tais como: a concentração exacerbada da riqueza por grupos minoritários, que assim o fazem há gerações; a precarização das condições de vida dos trabalhadores urbanos e rurais; os empecilhos à organização e atuação política da população empobrecida da região do Contestado; a degradação do patrimônio material e imaterial, especialmente daquele associado à memória das populações tradicionais e de seus remanescentes; o processo de concentração da propriedade da terra por companhias madeireiras e do setor de celulose, algumas estrangeiras, que monopolizam o acesso à terra – tal qual ocorreu no passado – e disseminam espécies vegetais exóticas, desestimulando a continuidade das atividades na pequena propriedade, ignorando os limites dos recursos ambientais e socializando os detritos resultantes de sua produção industrial⁶; a continuidade do processo centenário de exclusão e marginalização

⁶Uma consequência direta da continuidade desse modelo, virtualmente esgotado, consiste na proliferação dos problemas sociais que afligem a região do Contestado, a qual, embora integre um dos estados mais desenvolvidos da

das populações tradicionais – indígenas, afro-descendentes, sertanejos, caboclos, além dos descendentes daqueles que estiveram nos redutos da guerra do Contestado.⁷

O cenário descrito foi (e permanece) profundamente influenciado pelo predomínio de uma classe dominante (econômica e política) que controla a exploração dos recursos naturais e o capital econômico, impossibilitando a implantação de um modelo que permita reduzir o abismo social que ainda vigora na região do Contestado. Tal qual ocorreu no passado, o controle da terra pelas classes dominantes e o processo acelerado de concentração da propriedade fundiária, seja por grandes proprietários, seja por companhias estrangeiras do setor de papel e celulose, mantém a necessidade de uma reflexão consistente sobre os problemas fundiários na região.

A terra em outros tempos

Acerca da legislação de terras no Brasil, dois eventos preponderam. O primeiro deles foi a promulgação da Lei de Terras de 1850. A nova lei definiu a escritura de compra como a única forma válida para aquisição de terras públicas. Para as ocupações de longa data, a legislação recém criada indicava a necessidade de regularização, por meio da legitimação de posses. O processo de regularização instituído pela nova legislação beneficiou os grandes proprietários (MACHADO, 2011, p. 05) em detrimento dos pequenos posseiros, grupo composto, principalmente, pela população cabocla. O segundo evento que marcou a questão de terras no Contestado foi a Proclamação da República e sua primeira constituição, datada de 1891, a qual delegou às unidades da federação a prerrogativa de elaborar a legislação que regulamentaria a questão de terras. A política de terras adotada em Santa Catarina pretendeu a regularização definitiva das antigas posses e a venda de terras públicas para estímulo da pecuária e da lavoura. Porém,

os Estados passaram a herdar as contradições e ambiguidades da política imperial de terras que, se num determinado momento eram elaboradas políticas para fazer da alienação de terras públicas um processo de desenvolvimento da agricultura, setores significativos **destas elites proprietárias, pelas fraudes, grilagem e açambarcamento privado de terras públicas, acabavam por modificar os objetivos iniciais da legislação de terras.** (MACHADO, 2011, p. 07). [Grifo nosso].

federação, destaca-se pelos índices alarmantes de desigualdade social

⁷A Carta do Irani aponta os centenários problemas sociais enfrentados pela população pobre da região do Contestado e a necessidade de ação do Estado.

Na prática, a descentralização do controle sobre a terra agravou a situação dos pequenos posseiros e das populações indígenas do planalto catarinense, haja vista que proporcionou aos coronéis latifundiários a possibilidade de ampliar seu controle fundiário por meio da relação promíscua que mantinham com autoridades estaduais e municipais, muitas das quais, constituíam sua clientela política urbana, indicadas pelo próprio coronel.

A posse da terra consistia em aspecto preponderante para o modo de vida da população do planalto catarinense. Além da óbvia função de fornecer a subsistência, especialmente às famílias caboclas, a terra possuía estreita relação com parcela considerável das práticas socioculturais daquela população.

“Todos os trabalhos são executados pelo próprio posseiro e seus vizinhos, que se auxiliam reciprocamente, trabalhando de parceria”.⁸ Esta pequena passagem de um processo judicial iniciado a partir de uma disputa por área de terras na região do Campo das Moças, em Canoinhas, corrobora um aspecto basilar na construção do modo de vida da população do planalto catarinense, ou seja, a reciprocidade. Esse aspecto embasava grande parte das atividades ligadas à terra, caracterizando-se pela: criação comunal de animais – prática conhecida como faxinal em regiões do Paraná – a qual unia os vizinhos em torno da criação coletiva de animais, sem marcação, em uma mesma área cercada; o pixirum, mutirão para a realização de tarefas ligadas à agricultura, tais quais roçadas e colheitas, que congregava os vizinhos não apenas em torno da tarefa, mas, também, na realização de uma celebração festiva ao término do trabalho; a celebração de práticas religiosas, como o fandango de São Gonçalo, que consistia no pagamento de uma promessa cujo pedido havia sido atendido pelo santo. Na maioria das vezes os pedidos estavam associados a condições climáticas ideais para a agricultura. (TOMPOROSKI, 2013). Mesmo a devoção a São João Maria, prática difundida entre a população cabocla, dependia de locais de culto e devoção, como as fontes de águas santas identificadas pelo monge. Esses locais, bem como os ervais nativos, fornecedores de importante parcela da subsistência da população pobre da região, passaram ao domínio privado dos grandes proprietários ao longo do século XIX e início do século XX.

A expansão fundiária desencadeada pelos grandes proprietários rurais – e pelo capital estrangeiro – e a restrição imposta pela privatização da propriedade da terra ao acesso a áreas até então de uso comum (por exemplo, para fazer erva), transformou a vida de milhares de caboclos do planalto

⁸Processo de Terras do Campo das Moças. Canoinhas, 1910. Gaveta 688, p. 86. APESC (Arquivo Público do Estado de Santa Catarina).

catarinense. Esse contínuo processo marcado pela exploração e injustiça compôs o conjunto de insatisfações que motivaram aquelas pessoas a sacrificar suas próprias vidas pelo que consideravam justo.

A terra e o capital estrangeiro

Além dos grandes proprietários, municiados com a legislação que os beneficiava e utilizando a estrutura do Estado em prol do seu enriquecimento pessoal, o capital estrangeiro, em grande medida aliado aos coronéis locais, impôs novas dificuldades aos moradores do planalto catarinense.

Na região do meio oeste, especialmente no vale do rio do Peixe, a atuação dos seguranças da ferrovia resultou na expulsão e assassinio de significativo contingente populacional, “uma onda de terror varreu todo o território” (VINHAS DE QUEIROZ, 1966, p. 73). No caso do planalto norte, as referências à atuação violenta de homens armados pela estrada de ferro e pela LumberCompany, apesar de recorrentes, carecem de verificação empírica.

O jornal *O Imparcial*, de Canoinhas, reverberou boatos acerca do suposto início da medição de terras por parte da Lumber na região entre os rios Timbó e Paciência.

(...) da zona entre o Paciência e o Timbó nos chegam notícias mais ou menos alarmantes. Dizem-nos que a poderosa companhia americana, a Lumber, pretextando ter direitos sobre aquelas terras, está em vésperas de começar os seus serviços, demarcando-as, e que para esse mister vai iniciar os seus trabalhos garantidos por algumas dezenas de homens fortemente armados. (*O IMPARCIAL*, 03/09/1916).

Três semanas mais tarde o jornal voltou a publicar, com espaço de destaque, outros “boatos” sobre as intenções da LumberCompany na região supracitada, sugerindo que a empresa estava atuando em aliança com o estado do Paraná. “Já houve quem nos afirmasse que os americanos da Lumber estão no firme propósito de darem começo a medição de uma grande área de terras, muito embora tenham de expulsar, à mão armada, os antigos e legítimos posseiros de suas propriedades”. (*O IMPARCIAL*, 24/09/1916).

Esses indícios apontam para uma elevada tensão na região do planalto norte, envolvendo três elementos distintos: o interesse do capital estrangeiro, representado pela LumberCompany, em ampliar seu domínio sobre a região do vale do rio Timbó; as disputas em torno da Questão de Limites, pano de fundo para os enfrentamentos relatados nas páginas dos jornais; as ações dos coronéis da região. Entre os interesses dos estados do Paraná e de Santa

Catarina, das companhias estrangeiras (Lumber e Ferrovia) e dos coronéis, especialmente de Arthur de Paula e Fabrício Vieira, situava-se a população cabocla de pequenos posseiros que ainda resistia.

Percebe-se que há um conjunto de fatores que conduzem a atenção para um determinado contexto: a região dos vales dos rios Negro e Iguaçu, no período compreendido entre a Proclamação da República (mais especificamente, 1891, quando a nova Constituição alterou as prerrogativas sobre a política de terras) e o término da Guerra do Contestado, fato que não cessou os embates em torno da terra na região.

Proposta de pesquisa

A proposta original deste artigo foi concebida a partir da necessidade de materialização de análises e resultados preliminares acerca de uma pesquisa em desenvolvimento pelo NUPHIS, Núcleo de Pesquisa em História, do campus Canoinhas da Universidade do Contestado. A pesquisa pretende realizar uma investigação consistente sobre as disputas fundiárias no planalto norte de Santa Catarina, especialmente nos vales dos rios Negro e Iguaçu, compreendendo os rios Timbó e Paciência. O objetivo é ponderar o fator da luta pela terra e, especialmente, a participação do capital estrangeiro nesse contexto, avaliando a influência desse fator para a adesão da população da região ao movimento sertanejo do Contestado.

No que concerne ao corpo documental, a busca teve início pelos registros das propriedades da região no período pré-definido. Não obstante os registros documentais serem 'legais' e 'legítimos', muitas vezes foram obtidos em decorrência da proximidade dos proprietários com a estrutura burocrática que executava a legitimação da posse da terra, ou, inclusive, após a expulsão ou assassinato das famílias que ocupavam originalmente as posses.

Os registros localizados até o momento, no Cartório de Registro de Imóveis de Canoinhas, têm início em fins de 1914.⁹ Um dos primeiros registros refere-se a um terreno de setenta e cinco alqueires em região privilegiada da vila, entre as estações ferroviárias de Canoinhas e Piedade e tendo como um dos limites a linha da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande, foi adquirido pela firma comercial A. Batista Cia., com sede na cidade de

⁹Canoinhas, território central da análise, emancipou-se de Curitiba apenas em 1911. Sendo assim, os registros dos imóveis da região de Canoinhas foram realizados em livros daquele município e estão em processo de localização.

Joinville. À época, o proprietário da empresa ervateira, Abdon Batista, ocupava o cargo de Senador da República (1912-1915).

A propriedade vizinha àquela adquirida pela firma do comerciante joinvilense foi registrada aproximadamente um mês depois pelo Major Olímpio Nóbrega de Oliveira, ervateiro que iniciara sua trajetória política ainda em 1892, ao ser eleito vereador de São Bento do Sul. Pouco mais de um ano antes de proceder ao registro do imóvel com trinta e nove alqueires, ladeado pela ferrovia, Olímpio estivera durante dois meses na região contestada, sob função comissionada do governador, objetivando analisar os problemas fiscais e fronteiriços na região (MACHADO, 2004, p. 128). O ‘vizinho’ mais modesto de Olímpio e Abdon foi Wolfgang Ammon, com uma área de vinte alqueires, também paralela a linha férrea. Wolfgang era comerciante de erva mate da região de Campo Alegre e São Bento do Sul.

Com base em análise preliminar, é plausível afirmar que um grande montante das terras particulares da então nascente vila de Canoinhas estava sob controle de grandes comerciantes de erva mate e políticos da região de Joinville.

Portanto, nesse contexto, caracterizado pelo controle da terra seja pelo capital estrangeiro, seja pelos coronéis ou grandes comerciantes, torna-se compreensível a angústia dos pequenos posseiros. A pesquisa prossegue analisando outras fontes, como documentos do período de construção do ramal ferroviário que ligou São Francisco do Sul e União da Vitória, documentos das superintendências municipais no contexto selecionado e jornais da região. Esse conjunto de fontes viabilizará uma análise consistente acerca das disputas fundiárias no planalto norte de Santa Catarina e sua relação com a Guerra do Contestado naquela região.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de História. In: **Magia e técnica, arte e política**. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. V. 1. Ed: Brasiliense, 1987.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de terras em Santa Catarina: posse, propriedade e legitimação no Planalto Serrano e Meio-oeste no final e início da República (1854-1912). In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação das chefias caboclas (1912-1916). Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2004.



THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos**: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company e as transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940. Florianópolis: UFSC. Tese (Doutorado em História), 2013.

VINHAS DE QUEIROZ, Maurício. **Messianismo e conflito social**: a guerra sertaneja do Contestado (1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Fontes

Livro de Registro de Imóveis de Canoinhas;

Processo de Terras do Campo das Moças;

Jornal A República – Curitiba;

Jornal O Imparcial – Canoinhas.

Abstract: The present communication intends to share the preliminary results from the research project developed by the researchers of NUPHIS – Nucleus of History Research, from UnC (Contestado University). The aim is to understand the process of fighting for the land, in the valley region of Negro and Iguaçú rivers between the years of 1889 and 1917 and to evaluate the influence of the land disputes, while a decisive element to the adhesion from that region's population to the lines of the backland movement in Contestado region. The text presents questions related to the documental corpus and research strategies.

Key-words: land disputes, Contestado backland movement, Negro and Iguaçú rivers.
